

## Indicadores temáticos propostos

### Objetivo 4. Garantir a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem contínua para todos

Os atuais indicadores são complementares aos indicadores globais propostos. Os indicadores globais não precisam de ser repetidos como indicadores temáticos.

#### NOTA SOBRE AS RECOMENDAÇÕES RELATIVAS À DESAGREGAÇÃO

Ñ Os itens marcados com um sinal de asterisco (\*) devem ser desagregados. Tal deve ser feito por quintil de rendimento, género, raça / etnia, deficiência, local de residência rural e urbano. Podem ser identificadas categorias adicionais a nível nacional. Além disso, deve ser avaliada a medida em que o fosso entre os grupos mais altos e mais baixos está a diminuir (por exemplo: o primeiro e o quinto quintil de rendimento).

Ñ Os itens marcados com um sinal de libra / número / hashtag (#) devem ser desagregados por zona rural e urbana; a desagregação por província / região é desejável a nível nacional.

Ñ 'Desagregados por nível' refere-se a desagregação consoante o pré-primário, primário, secundário inferior, secundário superior e superior, salvo indicação em contrário.

Metas	Indicador TAG (Grupo Técnico Consultivo)	Indicadores temáticos propostos	O Racional
<b>Meta 4.1 - Até 2030, garantir que todas as raparigas e rapazes terminam o ensino primário e secundário, gratuito, equitativo e de qualidade levando a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes</b>	Percentagem de crianças que atingem padrões mínimos de proficiência em leitura / matemática no final do: (i) ensino primário e (ii) ensino secundário inferior	Percentagem de crianças que alcançaram <b>proficiência</b> em capacidades de (a) alfabetização e (b) numeracia, no final de (i) primário (ii) secundário, <b>de acordo com padrões nacionais (*)</b>	Ressalta-se que os níveis de proficiência e as metodologias devem ser determinadas a <b>nível nacional</b> , respeitando os <b>contextos multiculturais e linguísticos</b> . Destacamos também que os testes <b>NÃO</b> devem ser apresentados a crianças antes do último ano do ensino primário.

	<p>Percentagem de países que organizaram uma avaliação de aprendizagem nacionalmente representativa no final de (i) primário e (ii) o ensino secundário inferior durante os últimos 3 anos</p>	<p>Países com um quadro legal que define normas de qualidade escolar amplas (primário, secundário inferior, secundário superior) (#)</p>	<p>A ênfase na qualidade, no novo quadro, significa que esses padrões devem incluir não só os resultados da aprendizagem mas outros aspectos do funcionamento das Instituições de Ensino e do sistema educativo, essenciais para a qualidade.</p>
		<p>Percentagem de escolas que respeitam estas normas (discriminadas como acima) (#)</p>	<p>É importante não só ter normas mas também garantir que as instituições de ensino cumpram as referidas normas. O presente indicador vai olhar para o nível de conformidade com a mesma.</p>
		<p>As despesas do Estado por criança na educação (controlado por paridade de poder aquisitivo). (Primário / Secundário inferior / Secundário superior) (#)</p>	<p>Este indicador serve como uma medida de investimento sistémico para assegurar a qualidade do sistema de ensino.</p>
	<p>Rácio bruto de admissão até ao último ano (primário, secundário inferior)</p>	<p><i>Estamos de acordo com o Indicador proposto (*)</i></p>	
	<p>Taxa de conclusão (primário, secundário inferior, secundário superior)</p>	<p><i>Estamos de acordo com o Indicador proposto (*)</i></p>	
	<p>Taxa de crianças que não frequentam a escola (primário, secundário inferior)</p>	<p><i>Estamos de acordo com o Indicador proposto (*)</i></p>	
	<p>Percentagem de crianças com excesso de idade para o ano de ensino (primário, secundário inferior)</p>	<p>-</p>	<p>Nós sentimos que há margem para encurtar a lista de indicadores que analisam se as crianças frequentam a escola. As taxa de conclusão (o indicador mais forte), a taxa bruta de admissão, a taxa de crianças que não frequentam a escola e a idade escolar abordam questões semelhantes. Propomos a remoção de 'excesso de idade para o ano de ensino' e a sua substituição por medidas adicionais.</p>
		<p>Média de anos de <b>escolaridade (*)</b></p>	<p>A média de anos de educação fornece uma boa indicação sobre a desigualdade educacional entre</p>

			os níveis de educação
	Número de anos de ensino (i) gratuito e (ii) obrigatório, primário e secundário, garantidos em quadros jurídicos	Países com legislação que garante pelo menos nove anos de educação obrigatória gratuita (primário, secundário inferior, secundário superior)	Este indicador estrutural aborda o elemento do ensino obrigatório e complementa o nosso indicador global proposto anteriormente que analisa a educação gratuita.
		Percentagem de escolas que são <b>gratuitas</b> , desagregadas por nível (*)	Uma proposta central da meta 4.1 é a realização de 12 anos de ensino primário e secundário <b>gratuito</b> com financiamento público; este é igualmente o caso para a meta 4.2 e a sua proposta de um ano gratuito de ensino pré-primário. Um indicador capaz de rastrear esta dimensão é de suma importância. O princípio da gratuidade da educação é um dos pilares dos tratados de direitos humanos e é incontestável o impacto positivo de garantir uma educação gratuita. Este indicador foi também proposto como um indicador global.
<b>4.2 Até 2030, assegurar que todas as raparigas e rapazes têm acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar para que estejam prontos para o ensino primário</b>	Percentagem de crianças menores de 5 anos que estão corretamente desenvolvidas a nível de saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial	Recomendamos a prioridade de outros indicadores como abaixo.	Rastrear a aprendizagem em ECPI implicará testes, como defendem alguns intervenientes. Testar crianças pequenas será contraproducente e contradiz as provas de que o jogo e a socialização são dimensões fundamentais na ECPI
	Percentagem de crianças com menos de 5 anos de idade que vivem uma parentalidade atenta e estimulante	Os países com um quadro jurídico que impõe normas mínimas de qualidade para o aprovisionamento ECPI	O que constitui uma parentalidade atenta e estimulante é culturalmente determinado. A maior parte das atuais medidas de parentalidade baseiam-se em noções ocidentais de parentalidade que não se aplicam em todo o mundo. Uma medida abrangente de "parentalidade atenta" não é viável nem desejável.  Além disso, o quadro atualmente carece de indicadores de qualidade para os programas ECPI. Propomos que isto se faça através de um indicador

			estrutural.
		Percentagem de centros / escolas pré-primárias ECPI que cumprem estas normas (#)	Este indicador irá abordar a qualidade dos centros educativos que aderem aos padrões nacionais em prática.
	Taxa de participação em aprendizagem organizada (a partir dos 24 meses até à idade oficial de ingresso na escola primária)	Percentagem de crianças com menos de 5 anos de idade que participam num Programa de Educação da Primeira Infância (*)	Nós sentimos que o termo "aprendizagem organizada" deve ser substituído por ECPI para ficar em conformidade com a terminologia existente, por exemplo, Conferência Mundial de Moscovo sobre Educação e Cuidados na Primeira Infância
	Taxa bruta de inscrição pré-primária	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto (*)</i>	
	Número de anos de ensino pré-primário (i) gratuito e (ii) obrigatório garantidos em quadros jurídicos	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto (*)</i>	
		Percentagem de instituições ECPI que não cobram propinas ou custos indiretos. (#)	Nós sentimos que é essencial para entender, igualmente, a medida em que a educação infantil é gratuita na prática. Foi incluído como um indicador global.
<b>4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso de todas as mulheres e homens a uma educação acessível e de qualidade, técnica, profissional e superior, incluindo universitária</b>	Taxa bruta de inscrição no ensino superior	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto (*)</i>	
	Taxa de participação em programas de ensino técnico-profissional (jovens entre os 15 e os 24 anos)	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto (*)</i>	
	Taxa de participação de adultos em educação formal e não-formal e em formação	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto (*)</i>	
		Países com estruturas legais e políticas para a TVET (políticas de ensino e formação nos domínios técnico e profissional) que incluem disposições claras para garantir a não discriminação e providenciar uma ação afirmativa para grupos marginalizados	A TVET deve ser incorporadas nas políticas educativas nacionais e incluir disposições claras para oferecer qualidade e garantir a equidade.

		Percentagem de instituições TVET que cumprem os padrões nacionais (#)	Este indicador vai testar o nível de adesão das instituições de TVET com as normas nacionais
<b>4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que têm competências relevantes, incluindo competências técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo</b>	Percentagem de jovens / adultos com competências em TIC por tipo de competência	Percentagem de jovens e adultos a receber formação profissional e reconversão profissional, incluindo estágios, formação profissional superior e formação periódica; (*)	Não está claro porque é que as competências em TIC são apontadas como a única competência técnica e profissional necessária para o emprego, trabalho e empreendedorismo globalmente. Uma medida do número de jovens e adultos a receber formação pode ser uma medida mais apropriada e irá explorar o leque de opções de vias profissionais e de formação profissional disponíveis.
<b>4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de género na educação e assegurar a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional aos mais vulneráveis, incluindo pessoas com deficiências, povos indígenas e crianças em situações vulneráveis</b>	Recomendamos o índice de paridade (feminino / masculino, rural / urbano, parte inferior / superior do quintil de riqueza para todos os indicadores nesta lista que podem ser desagregados	Índices de paridade (feminino / masculino, urbano / rural, parte inferior / superior do quintil de riqueza, <b>raça / etnia e deficiência</b> para todos os indicadores desta lista que podem ser desagregados	Este indicador é de grande importância para uma agenda que tem a educação equitativa e inclusiva no seu centro. De acordo com a meta 4.5, a ênfase deve ser também colocada sobre a população indígena, bem como sobre as pessoas com deficiência; daí a importância de desagregar os dados também para estas duas populações.
	Percentagem de alunos no ensino primário, cuja língua materna é a língua de instrução	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto (*)</i>	
	Percentagem de países que têm uma política explícita, baseada numa fórmula, para realocar recursos de educação a populações desfavorecidas	Países com leis, políticas e planos com recursos que proporcionam Igualdade de Oportunidades e uma ação afirmativa para grupos marginalizados	Embora os esforços pró-ativos para assegurar a equidade na repartição financeira sejam apreciados, é essencial garantir que exista a não discriminação e as políticas de ação afirmativa em todos os aspectos do sistema de ensino e em todas as fases. Estes aspectos adicionais estão refletidos no indicador proposto.
	Percentagem do total das despesas de educação suportadas pelas famílias	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto. Desagregados por nível. (*)</i>	
		Países onde existem mecanismos para investigar queixas que dizem respeito à discriminação e outras violações do direito à	O Indicador adicional analisa a disponibilidade de recursos para as Comunidades Marginalizadas em casos de discriminação ou violação dos seus direitos

		educação.	educacionais
	Percentagem da ajuda total destinada à educação para os países de baixo rendimento	Percentagem da ajuda total à educação atribuídas a países com um rendimento médio inferior a US\$ 2 per capita por dia	55,9% dos pobres do mundo viviam em países de rendimento médio inferior em 2010 (em comparação com apenas 29,5% em PBR. Os PRM são responsáveis por 70,5% dos pobres em geral). Limitar-se unicamente a PBR irá deixar a maioria dos pobres do mundo fora da alçada dos fluxos de ajuda <a href="#">[1]</a> . A presente proposta está em consonância com as recomendações feitas para medição da pobreza <a href="#">[2]</a>
<b>4.6 Até 2030, assegurar que todos os jovens e uma proporção substancial de adultos, tanto homens como mulheres, alcançam a literacia e numeracia</b>	Percentagem de jovens / adultos com competências em literacia	Percentagem da população <b>de jovens e adultos</b> que atingiram, pelo menos, um nível fixo de proficiência em competências funcionais de (a) literacia e (b) numeracia, <b>de acordo com padrões nacionais (*)</b>	Deve ser feita uma referência clara à população jovem e adulta para garantir que seja dada a devida atenção a ambas as populações. Ressalta-se que os níveis de proficiência e as metodologias devem ser determinadas a nível nacional, respeitando os contextos linguísticos e multiculturais
	Percentagem de jovens / adultos com competências em numeracia		
	Taxa de alfabetização de jovens / adultos	Países com quadros legais ou institucionais que tornam o acesso à alfabetização e à aprendizagem ao longo da vida um direito básico e providenciam um quadro operacional financiado para a sua implementação.	Nós sentimos que os indicadores anteriores de literacia e numeracia são adequados. Estamos, por conseguinte, a propor um indicador estrutural alternativo que avalie a medida em que a alfabetização e a aprendizagem ao longo da vida são reconhecidas como um direito básico e avalie a existência de planos de ação concretos e financiados para a sua realização.
	Taxa de participação de adultos analfabetos em programas de alfabetização	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto. (*)</i>	
<b>4.7 Até 2030, assegurar que todos os alunos adquiram os conhecimentos e competências necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros, através da educação para estilos de</b>	Percentagem de estudantes de 15 anos que mostram proficiência no conhecimento da ciência e geociência ambiental	Países onde a educação em direitos humanos, paz, cidadania global e educação para o desenvolvimento sustentável está incorporada na política de educação e nos currículos	O conhecimento de ciência e geociência ambiental não fornece um entendimento completo da educação para o desenvolvimento sustentável. O indicador, além disso, não aborda as outras dimensões que fazem parte do indicador Incluindo a educação para a cidadania global, educação para

<b>vida sustentáveis e desenvolvimento sustentável, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e do contributo da cultura para o Desenvolvimento Sustentável</b>			o desenvolvimento sustentável, educação em Direitos Humanos e educação sexual. Este indicador estrutural é proposto para compreender a extensão da inclusão destes aspectos nas políticas nacionais e nos currículos. O tempo despendido no ensino destes temas foi proposto como um indicador global.
	Percentagem de estudantes de 13 anos que endossam valores e atitudes que promovem a igualdade, confiança e participação na governança	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto. (*)</i>	
	Percentagem de horas de ensino dedicadas à educação para o desenvolvimento sustentável / educação para a cidadania mundial	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto. (#)</i>	
	Percentagem de escolas que oferecem educação para a vida baseada em HIV e educação sexual	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto. (#)</i>	
		Percentagem de horas de ensino dedicadas à educação para o desenvolvimento sustentável / educação para a cidadania global / direitos humanos e paz e educação sexual abrangente (#)	Sugerimos isto em vez de incluir um indicador sobre o nível de prioridade da educação para o desenvolvimento sustentável, educação para a cidadania global, direitos humanos e paz e a educação sexual abrangente durante a educação e o número de horas que se lhes atribui durante o ano lectivo.
Os países que implementam o quadro do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (conforme resolução 59/113 da	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto.</i>		

	AGNU)		
<b>4.a Construir e melhorar as Instalações de ensino de modo a que sejam adequadas a crianças, pessoas com deficiência e ao género e que ofereçam um ambiente de aprendizagem seguro, não-violento, inclusivo e eficaz para todos</b>	Percentagem de escolas com (i) água potável; (ii) saneamento adequado; e (iii) serviços de higiene adequados	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto. (#)</i>	
	Rácio aluno-computador por ano	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto. (#)</i>	
	Percentagem de escolas com (i) eletricidade e (ii) acesso à Internet para fins pedagógicos	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto. (#)</i>	
	Percentagem de escolas com infraestrutura e materiais adaptados a pessoas com deficiências	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto. (#)</i>	
	Percentagem de alunos que sofrem ameaças, castigos corporais, assédio, violência, discriminação e abuso sexual	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto. (*)</i>	
	Número de ataques a estudantes, pessoal e instituições	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto. (*)</i>	
		Percentagem de escolas construídas desde 2015 com uma localização, design e construção resistentes a catástrofes. (#)	O Indicador proposto abordará a questão da prontidão das escolas, e outros ambientes educacionais, para reagir a catástrofes. Tal é fundamental em tempos de rápidas alterações climáticas.



<b>4.b Até 2020, expandir substancialmente, a nível global, o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos, pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e países africanos, para inscrição no ensino superior, incluindo a formação profissional e tecnologias da informação e comunicação, programas técnicos, de engenharia e programas científicos, em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento</b>	Número de bolsas de estudo de ensino superior oferecidas por país beneficiário	<i>NENHUMA PROPOSTA</i>	Sugerimos que sejam priorizados outros indicadores que foram apresentados.
	Volume do fluxo da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para bolsas de estudo no ensino superior, por país beneficiário		
		O volume total da APD dirigida à educação	Qualquer contagem da quota de APD para bolsas de estudos deve ser precedida por um indicador do valor global da APD, pelo menos para ajudar a colocar no contexto os fluxos de APD para bolsas de estudo.
<b>4c Até 2030, aumentar substancialmente a oferta de professores qualificados, nomeadamente através da cooperação internacional para a formação de professores nos países em desenvolvimento, especialmente os Países Menos Desenvolvidos e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento</b>	Percentagem de professores qualificados de acordo com os padrões nacionais (por ano)	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto. (*)</i>	
	Média de salário de professores em relação a outros profissionais	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto. (*)</i>	Nós sentimos que o termo "em relação a outros profissionais" precisa de ser esclarecido para entender em relação a que profissões será feita essa comparação.
		Países com um quadro jurídico que regula o estatuto dos professores	Este indicador estrutural avaliará a medida em que os educadores estão preparados para o ensino.
	Taxa de atrito de professores	<i>Estamos de acordo com o Indicador proposto. (*)</i>	
	Percentagem de professores a receber formação em serviço	Percentagem de professores que recebem formação profissional contínua e apoio gratuitos (*)	O indicador deve incluir a disponibilidade de apoio profissional contínuo e não apenas a formação contínua que pode não refletir as reais necessidades de apoio dos professores
	Percentagem de professores formados de acordo com os padrões nacionais (por ano)	Percentagem de professores formados em pedagogia, educação inclusiva, direitos da criança e abordagens de igualdade de género	O indicador proposto analisa a medida em que os professores são formados em conhecimento da matéria e em competências sociais dos direitos da

		<b>(*)</b>	criança, educação de género e educação inclusiva.
		Percentagem de comités e grupo de trabalho do sector da educação para tomada de decisão a nível nacional e sub-nacional que incluem representantes dos professores (#)	O presente indicador procura entender a extensão da capacitação e participação dos professores na elaboração e implementação de políticas.

---

[1] Nos PMD e nos Estados frágeis vivem respetivamente 30,8% e 32,1% dos pobres do mundo; Nos países em conflito e pós-conflito vivem 11,8% <http://www.oecd.org/dac/POST-2015%20multidimensional%20poverty.pdf>

[2] [www.wider.unu.edu/publications/working-papers/2013/en\\_GB/wp2013-062/\\_files/92263300529586380/default/WP2013-062.pdf](http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/2013/en_GB/wp2013-062/_files/92263300529586380/default/WP2013-062.pdf)